



Data : 10/06/09	Horário: 9:30 às 11:40 hs	Local: Auditório
Participantes:	Amélia, Lailze, Margaret, Giovanna, Marcos, Simone, Cristina, Hilária, Dalva, Raquel, Salomão.	
Entradas discutidas: 5 e 8	<input type="checkbox"/> 1. Acompanhamento das ações oriundas de reuniões anteriores. <input type="checkbox"/> 2. Política e Objetivos da Qualidade <input type="checkbox"/> 3. Resultados de auditorias <input type="checkbox"/> 4. Realimentação de cliente <input checked="" type="checkbox"/> 5. Desempenho de processo e conformidade de produto (Indicadores) <input type="checkbox"/> 6. Ações corretivas e preventivas <input type="checkbox"/> 7. Mudanças que possam afetar o Sistema de Gestão da Qualidade <input checked="" type="checkbox"/> 8. Melhorias contínuas	
Descrição: Entradas: 5 e 8	<p>1ª Fase: Comunicados</p> <p>Amélia Cavalcante iniciou a reunião fazendo alusão a Auditoria Interna da Qualidade que realizar-se-á no período de 22 a 26 de junho do mês em curso com base na Norma ISO versão 2009.</p> <p>Hilária, representando o IPC informou que as CI's encaminhadas as áreas serão disponibilizadas de forma eletrônica através de formulário na Intranet mas com confirmação via e-mail. Marcos, representando a TI falou que a utilização do e-mail institucional agora está seguro, pois trata-se de um novo web mail e sugere que seja usado por todos os servidores a fim de estimular a sua divulgação. Na ocasião, Hilária solicitou ao Marcos que fosse feito uma apresentação dessa nova versão.</p> <p>Continuando, Hilária abordou um outro tópico e pediu que registrasse. Trata-se das indicações enviadas pelo IPC às áreas sobre os cursos oferecidos por esse instituto. Ela afirma que existe muita questão dos servidores/colaboradores na inscrição de cursos, mas há ausência na participação efetiva. Exemplificando: No último Curso de Português e Redação Oficial do Prof. Myrson Lima, houve muitos inscritos, mas o comparecimento foi deficiente. Hilária solicitou portanto que seja feita a regulamentação desse fato para que não ocorra mais. Marcos sugere que o chefe da área envie a confirmação por e-mail.</p> <p>2a. Fase: Análise dos Indicadores do Mês de Maio</p> <p>Amélia prosseguiu na apresentação com relação as ICE's.</p> <p>Giovanna, representando a Sec. de Controle Externo afirma que não há como mudar a periodicidade das mesmas, especialmente com relação a 4a. ICE e por conta da finalização do Balanço Geral, esse mês foi atípico.</p> <p>Margaret, representando a 9a. ICE sugeriu que o Indicador 1 da Secretaria de Controle Externo – “ Realização de visitas aos jurisdicionados” tenha sua periodicidade alterada para trimestral. Marcos indaga sobre a periodicidade do Indicador 4 da citada secretaria e Giovanna explica que é trimestral e que acumula o trimestre para sua apuração. Ele sugere que esse indicador passe a ser descrito como : - I% de execução do Plano Anual de Auditoria, cujo trimestre deve ser alterado para os meses: Jun/Jul/Ago. Giovanna explicou o Indicador 9 da Secretaria de Controle Externo - “% de execução global do plano anual de</p>	



auditoria” e diz que o índice é de 45% em três meses e que essa meta não é atingida mas em compensação de ano a ano o resultado está crescendo. Margaret diz que as contas diferidas contam no acumulado

Na sequência, Amélia comentou que a consultoria para implantação de Gestão de Pessoas/ Gestão de Competências está em vias de implantação. Ressaltou ainda sobre a importância das competências individuais atendidas entre o RH e Escola de Contas porque essa questão será bastante enfocada. Hilária comentou sobre o Indicador 1 do IPC - “% de treinamento executado para servidores”, apresentou um valor elevado porque foram realizados muitos treinamentos. Cristina questionou que as competências são semestrais, mas na tabela consta como trimestral e sugere que seja mudado o percentual da meta. Amélia esclarece que o Indicador questionado não mede a competência individual, mas anual. Que esse indicador pode ser otimizado mas ele mede o que é executado no Plano Anual de Auditoria e ressalta que é importante alinhar esse indicador a partir do próximo mês, aos indicadores do Planejamento Estratégico para efeito de medição.

Hilária comentou que o Indicador 5 do IPC - “Elaboração de material institucional para jurisdicionados” já pode ter considerado em número de (duas) ações contando com a Revista Controle e o Informativo do IPC e informou que a cartilha entrará na contagem para o próximo mês. Avisa ainda, que o IPC promoverá o 1º Evento para jurisdicionados no próximo dia 18/06/09 e que já conta até a presente data com 70 (setenta) inscritos.

Amélia comentou sobre a Avaliação de eficácia de treinamento e enfatizou que será cobrado pelos auditores que deverão focar fortemente esse aspecto.

Marcos questionou sobre o Indicador 2 do Gab. dos Conselheiros - “Média de permanência dos processos julgados recebidos pela sessão até o envio para o MP”, consta como se o processo entrasse e saísse no mesmo dia. E o Indicador 5 - “% de processos com pedido de vista devolvidos em até 04 sessões” é ainda muito recente e que não foi estabelecida uma meta para ele.

No momento, está obedecendo a uma série histórica ou seja, está se submetendo a uma avaliação no período de 3 meses para após o 3º mês estabelecer-se uma meta por consenso.

No gab. do MP, Simone apresentou um aumento na meta do indicador: “% de pareceres emitidos” de 75% para uma meta aceitável de 85% sendo incluído os pareceres escritos e orais pertencentes ou não ao escopo.

Marcos salienta que em se tratando de pareceres orais deve-se tomar cuidado com os dados para que sejam confiáveis, uma vez que uma pequena alteração na digitação, pode gerar um erro no sistema.

Raquel questionou sobre a viabilidade na contagem desses pareceres orais e Amélia lembra que de acordo com a Norma ISO pode ser mantido tais pareceres, mas que poderá ser questionado por auditor. Sugerindo a representante do MP que em uma posterior reunião com o Dr. Rholden, possam decidir se deve separar ou não os pareceres orais dos inscritos. Nesse caso, Marcos sugere que sejam computado todos os processos que entrem e saem e quanto ao escopo, “frisa” que o parecer oral registrado pode não ser um dado seguro e que ele fica no aguardo da decisão para o próximo mês.

Cristina sugere que nesse caso sejam contados os processos dentro e fora do escopo.

Continuando na apresentação, Amélia enfatiza que no Gabinete dos Auditores nos Indicadores 1, 2 onde marcam “zero”, não é porque deixou de atingir a meta; já com relação ao Indicador 4 o valor é “zero”, porque a meta não foi atingida e que não há representante desse gabinete na presente reunião. Disse que esse



indicador deve ser bem estudado para uma meta a ser estabelecida.
Cristina comenta sobre o Indicador 2 do Núcleo de Biblioteca e Documentação - “% de atendimento às necessidades do usuário” encontra-se “zero” e que deverá ser apresentada a justificativa da respectiva área.

Com relação ao Núcleo de Apoio Logístico, Cristina pergunta sobre o Indicador 1 “ % de fornecedores com conceito satisfatório” que apresenta o valor de 100% . Amélia diz que esse dado deve ser incluído no PCI dessa área e que não verificou o registro de alguns fornecedores que não atenderam bem as especificações. Amélia perguntou se eram fornecimentos efetuados mediante contrato. Cristina esclareceu que não alguns eram na modalidade registro de preços. Amélia esclareceu que para efeito de Norma ISO a avaliação de fornecedores deverá ser feito para aqueles que fornecem mediante contrato pois não são fornecedores eventuais. Portanto, para contemplar os demais em que não há contrato formalizado, mas que fornecem continuamente deverá haver uma alteração no PCI do Núcleo de Apoio Logístico, responsável pelas aquisições de produtos, contratos de serviços e avaliação de fornecedores.

3ª Fase : Alterações dos PCI's:

Simone iniciou comentando sobre as alterações do Gab. do MP com relação ao item 5 (1.2) e o item 1.3 (4) sendo aprovado por este comitê.

Dalva, representando o Serviço de Arquivo explica que houve alterações do PCI (revisão 7), nos itens 7 – alteração (inclusão) nos itens 2.1.1 (4); 2.1.3 (6); 2.1.4. (título) e alteração (inclusão de parágrafo com item 2.1.5; alterações (inclusões) no item 2 – Anexo sub item 2.2. Após explanação o comitê aprovou.

Hilária esclareceu as alterações do item 6.2 do MQ – Manual da Qualidade. Cristina sugere que os certificados sejam repassados para o IPC e o próprio IPC e o RH deve disponibilizar pela Intranet antes da auditoria.

Sendo aprovado pelo comitê, deu-se por encerrada a reunião.